

EXPERIMENTOS DE PENSAMENTO E O APELO À INTUIÇÃO: CONSIDERAÇÕES METAFILOSÓFICAS

LUANA FRANCINE NYLAND¹;
JULIANO SANTOS DO CARMO ².

¹Universidade Federal de Pelotas – luana.nyland@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – juliano.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a metodologia filosófica, mais especificamente o uso de experimentos de pensamento e o apelo às intuições realizados por filósofos em suas investigações e corroborações de suas ideias. Podemos dizer então, que é uma pesquisa sobre como a filosofia é feita. O foco principal se voltará para o modo pelo qual os filósofos utilizam os experimentos de pensamento para extrair intuições que possam apoiar suas reivindicações. Tal procedimento pode ser caracterizado da seguinte maneira: quando algum conceito filosófico, A, está em discussão, nós somos apresentados a um experimento de pensamento em que um cenário, B, é imaginado, e somos convidados a extrair intuições sobre se A é instanciado em B.

Esse tipo de procedimento está no centro de alguns dos argumentos mais importantes da filosofia da linguagem, da mente, metafísica e ética. Por exemplo, no famoso contraexemplo de Edmund Gettier (1963), em objeção as teorias que sustentam que conhecimento é crença verdadeira justificada, nos é solicitado imaginar alguém que possa estar de posse de uma crença, verdadeira e justificada de que P, mas ainda assim não saber que P. Deste modo, Gettier utilizou experimentos de pensamento como contraexemplos para mostrar que, em tais casos, haviam crenças verdadeiras e justificadas, mas que não pareciam se tratar de conhecimento. A intuição que extraímos desses experimentos de pensamento, de que os exemplos apresentados não seriam casos de conhecimentos, é considerada uma evidência muito forte para tornar a tradicional definição de conhecimento insuficiente.

Pensando nisso, pretendo mostrar a partir desta investigação que filósofos criam experimentos de pensamento visando extrair intuições, ou julgamento intuitivos, para que estas possam servir como evidência para apoiar as suas concepções.

2. METODOLOGIA

Foi realizado primeiramente, leitura e fichamento da bibliografia de fundo para o esclarecimento de conceitos-chaves. Em um segundo momento, foi realizado estudo e análise das propostas contemporâneas para a explicação do assunto a partir das obras de autores relevantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizar um experimento de pensamento é raciocinar sobre um cenário imaginário com o objetivo de confirmar ou negar alguma hipótese ou teoria. Comumente podemos encontrá-los em forma de narrativas que nos levam a imaginar uma situação hipotética e visam extrair respostas deste processo de raciocínio. Alguns exemplos facilmente reconhecíveis de experimentos de pensamento na filosofia são: o experimento da Terra Gêmea de Hilary Putnam (1975), o experimento do Zumbi de David Chalmers (1996), o experimento do quarto chinês de John Searle (1980), o experimento do Violinista de Judith Thomson (1971) e o experimento de John Rawls (1971) para o conceito de justiça. Parece então que, independentemente da área em que a pesquisa filosófica está sendo realizada, é provável que o filosofar exige, em alguns momentos, construir casos hipotéticos e fazer julgamentos sobre eles.

Uma maneira de compreendermos um experimento de pensamento é contrastá-lo com experimentos reais: os primeiros são conduzidos por um ato imaginativo, enquanto o último manipula características do mundo observado. Desta forma, se realizar uma experiência real é realizar um teste empírico em condições controladas com o objetivo de ilustrar, apoiar ou refutar algumas hipóteses ou teorias, então, realizar uma experiência de pensamento é argumentar sobre um cenário imaginário com um mesmo propósito. Porém, conforme Gendler (2010) sugere, no caso de experiências reais o que é tomado como sendo evidência para a teoria em pauta se constitui de dados relativos ao comportamento do mundo físico em condições específicas. Por outro lado, nas experiências de pensamento a evidência assume a forma de intuições em relação a esse comportamento (p.2). Aqui Gendler parece sugerir que a partir da execução de um experimento de pensamento, podemos chegar a certas conclusões, ou ainda intuições, que contam como evidências para a teoria que está em discussão. Tal proposta também é levantada por Elke Brendel (2004). Brendel, quando refere-se aos experimentos de pensamento, afirma que, embora estes sejam completamente realizados no “laboratório da mente”, eles são importantes instrumentos metodológicos para as investigações científicas e filosóficas, podendo nos dar novos conhecimentos sobre o mundo. E para que isso seja possível, as experiências de pensamento precisam apelar para intuições (p.89).

Ao considerar tais perspectivas, acredito ser plausível assumir que o tipo de conclusão que um experimentos de pensamento almeja pode ser chamada de intuição. Sendo assim, parece que muitos filósofos, ao realizarem a sua argumentação, criam experimentos de pensamento visando extrair intuições que possam servir de evidência para apoiar as suas concepções. O desafio surge não apenas na medida em que a filosofia, de modo geral, depende de intuições, mas sim quando a intuição é tratada como evidência na argumentação e conclusão filosófica. As intuições podem ser caracterizadas como julgamentos espontâneos sobre casos específicos. Mas será que tais intuições são evidências confiáveis?

Filósofos expoentes de um movimento recente dentro da filosofia, a Filosofia Experimental, buscam mostrar que as intuições filosóficas estão sujeitas a variações dependendo da etnia, status socioeconômico, gênero ou idade, e que as repostas dadas pelas pessoas são diferentes sobre um mesmo caso, mostrando, com isso, que as pessoas não possuem a mesma intuição ao serem apresentadas a um experimento de pensamento. O que torna os resultados da Filosofia Experimental um desafio para a filosofia é o fato de que a variabilidade das intuições,

apresentadas em tais estudos, nos remonta ao problema da confiabilidade, ou seja como podemos confiar em intuições que se mostram tão suscetíveis a variações?

Ainda que os filósofos experimentais busquem apresentar o quão variáveis podem ser as intuições, eles assumem que o apelo às intuições como evidência, realizado pelos filósofos contemporâneos, é inegável. Porém existem outros filósofos como Timothy Williamson (2004), Max Deutsch (2015) e Herman Cappelen (2012) que rejeitam a alegação de que os filósofos confiam centralmente nas intuições como evidência. Tais autores levantam dúvidas se de fato os filósofos apelam às intuições quando estão corroborando suas teorias, afirmando assim, que elas não são usadas como evidências tão frequentemente como se é pensado.

Porém existem aqueles que assumem e destacam o papel evidencial que as intuições desempenham na metodologia filosófica. São filósofos como George Bealer (1998; 2000) e Alvin Goldman (1998; 2007; 2010), que buscam sustentar, de algum modo, que as intuições fornecem evidência para as reivindicações filosóficas. Ambos os autores consideram que as intuições se qualificam como uma fonte básica de evidência, deste modo elas podem ter peso evidencial assim como a percepção sensorial tem. Embora a percepção sensorial não seja confiável em alguns momentos, ela não deixa de contar como evidência em outros casos. Como no caso da visão, no entanto, o fato de que circunstâncias desfavoráveis podem ocorrer não impede a intuição de se qualificar como uma fonte básica de evidência. Porém, conforme Goldman, se alguém procura usar tal fonte como evidência, no entanto, requer que ela seja exercida apenas em circunstâncias favoráveis (na medida do possível).

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou traçar algumas perspectivas sobre o papel que as intuições desempenham na metodologia filosófica e como o uso de experimentos de pensamento faz parte desse processo. A pesquisa segue buscando compreender se as intuições, tomadas como evidência para apoiar a perspectiva de filósofos sobre diversos temas, podem ser confiáveis e o que as qualificaria como sendo confiáveis. Ainda que esta discussão esteja voltada para a metodologia filosófica e não para questões filosóficas de primeira ordem, precisamos nos preocupar com o modo como os filósofos fazem filosofia. Pensando nisso, para que possamos tornar nossos instrumentos de raciocínio mais confiáveis, devemos investigar esses próprios instrumentos, mesmo quando eles não são os principais objetos de nossa preocupação. Afinal, a filosofia não é como andar de bicicleta, melhor feito sem pensar nisso. Ou melhor: os melhores ciclistas certamente pensam no que estão fazendo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEALER, George. Intuition and the Autonomy of Philosophy. In: Michael DePaul & William Ramsey (eds.), **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry**. Rowman & Littlefield. p. 201-240, 1998.

_____. A theory of the a priori. In: **Pacific Philosophical Quarterly**, 81, p. 1-30, 2000.

- CAPPELEN, Herman. **Philosophy without Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CHALMERS, D. **The Conscious Mind**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- DEUTSCH, Max. **The Myth of the Intuitive**. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.
- GENDLER, T.S. **Intuition, Imagination, and Philosophical Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GETTIER, E. Is justified true belief knowledge? In: **Analysis**, 23, p. 121–123, 1963.
- GOLDMAN, Alvin I.; PUST, Joel. Philosophical Theory and Intuitional Evidence. In: Michael Depaul & William Ramsey (eds.), **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and its Role in Philosophical Inquiry**. Rowman & Littlefield, p. 179-200. 1998.
- GOLDMAN, Alvin I. Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their Epistemic Status. In: **Grazer Philosophische Studien**, 74. p. 1–26, 2007.
- _____. Philosophical Naturalism and Intuitional Methodology. In: **Proceedings of the American Philosophical Association**, 84, p. 115-150, 2010.
- KNOBE, J.; NICHOLS, S. An Experimental Philosophy Manifesto. In: Knobe, J. & Nichols, S. (ed.), **Experimental Philosophy**. New York: Oxford University Press, p. 3-14, 2008.
- NADO, Jennifer. The intuition deniers. In: **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v.172, n.8, ago, 2015.
- PUTNAM, H. The meaning of “meaning”. In: Gunderson, K. (Ed.), **Language, mind and knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975. p. 131-93.
- RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Belknap Press, 1971.
- THOMSON, Judith. A defense of abortion. In: **Philosophy & Public Affairs**, v. 1, n. 1, 1971. p. 47-66.
- WEINBERG, J.M.; NICHOLS, S.; STICH, S. Normativity and Epistemic Intuitions. In: **Philosophical Topics**, 29, p. 429-460, 2001.
- WILLIAMSON, T. Philosophical ‘intuitions’ and scepticism about judgment. In: **Dialectica**, 58, p. 109–155, 2004.
- _____. **The philosophy of philosophy**. Oxford: Blackwell, 2007.